

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111. DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2022ent>

A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho

Entrevista com Helena Hirata

Por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz

Helena Hirata nasceu no Japão em 1946, viveu no Brasil entre 1952 e 1970, onde se licenciou em Filosofia, e mudou-se para França, em 1971, como refugiada política da ditadura brasileira, tendo aí realizado o seu doutoramento em sociologia política. Atualmente, vive em França, na cidade de Paris. É Socióloga, Investigadora Emérita do Centre National de la Recherche Scientifique, CRESPPA/GTM, Paris; Professora Colaboradora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo; Membro do Comité de Direção da Rede Internacional e Interdisciplinar *Marché du Travail et Genre* (MAGE) e Membro do Comité de Lecture dos *Cahiers du Genre*. As suas primeiras investigações privilegiaram análises sobre a organização do trabalho, a tecnologia e as políticas de gestão de pessoas em empresas do contexto industrial (em vários ramos da indústria), enquanto o segundo grande programa de pesquisas estruturou-se em torno da problemática do desemprego, seus atores e instituições. Ambas evidenciaram uma preocupação comparativa internacional entre Brasil, França e Japão e debruçaram-se sobre questões de género, divisão sexual do trabalho e articulação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzidas. Presentemente, as suas pesquisas centram-se nas teorias e práticas do cuidado numa perspetiva comparativa das realidades nacionais brasileira, francesa e japonesa, discutindo em particular os universos profissionais dos cuidados, as trajetórias, atividades e relações subjetivas com o trabalho de cuidadoras e cuidadores. Nestes debates tem defendido a relevância das problemáticas do envelhecimento, do género, e a centralidade política do cuidado e do trabalho feminino. Entre as suas publicações, destacam-se as seguintes *Dictionnaire*

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

critique du féminisme (coord.) com F. Laborie y al, Paris, PUF, 2000; *Cuidado e cuidadoras. As Várias Faces do Trabalho do Care* (org.), com Nadya Araujo Guimarães, S.P., Atlas, 2012; *El cuidado en America Latina. Mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay* (coord), com Nadya Araujo Guimarães, B.A., Fondation Medifé Ed., 2020; *O gênero do cuidado*, com N. Araujo Guimarães, São Paulo, Ateliê, 2020; Nadya Araujo Guimarães & Helena Hirata (Eds); *Care and Careworkers. A Latin American Perspective*. Cham, Springer, 2021; *Le care: théories et pratiques*, Paris: La Dispute, 2021. Com um longo e diversificado percurso, a obra de Helena Hirata é hoje uma referência incontornável para os estudos do trabalho, do cuidado e do gênero. Esta entrevista da revista Sociologia certamente não colmata a falta, no panorama editorial português, do acesso a algumas das suas obras. Mas ao estabelecer um diálogo retrospectivo com as suas pesquisas e reflexões, bem como com outras obras de referência (Christine Delphy, Danièle Kergoat, Pierre Bourdieu, Toni Negri, Tithi Battacharya ou Patricia Hill Collins, entre outras), pretende ser um contributo para que mais pessoas possam conhecer a trajetória da autora e aguçar a curiosidade pelos seus trabalhos.

José Soeiro (JS) e Sofia Alexandra Cruz (SAC): *Nalguns dos seus trabalhos da década de 1980, a Helena defendeu, a partir de estudos em vários ramos da indústria no Brasil, na França e no Japão, que a taylorização e a aplicação da chamada “organização científica do trabalho” tinham de ser analisadas tendo em conta as “deformações” introduzidas pelas especificidades nacionais, isto é, que era preciso ampliar a análise para lá do “espaço da empresa” e das técnicas de produção e de gestão em sentido estrito, para ter em conta os fatores socioculturais e históricos sem os quais se tornava impossível compreender a configuração das organizações industriais. No fundo, tratava-se de defender, até metodologicamente, que a empresa não podia constituir uma “entidade isolável”. Em que é que a circunstância de (até pela sua história pessoal) fazer estudos comparativos internacionais - que continuam a ser relativamente escassos na sociologia portuguesa - a fez questionar e ampliar as perspetivas à época dominantes no seu campo de investigação?*

Helena Hirata (HH): As comparações internacionais me permitiram, justamente, ver que há diferenças que não podem ser explicadas unicamente pela tecnologia ou pelo produto fabricado. Eu fiz a comparação de filiais e matrizes de firmas multinacionais - francesas, japonesas e no Brasil - que fabricavam o mesmo produto com a mesma tecnologia e, na realidade, o que acontecia é que a organização do trabalho das equipas era muito diferente. E isso não dá para explicar pela tecnologia ou pelo produto, mas só introduzindo fatores externos à empresa, por exemplo a família, as relações sociais de sexo, outras variáveis societárias que estão além do que é a empresa que, portanto, como vocês dizem na pergunta, não pode se constituir em entidade

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspetivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

isolada. Então, por exemplo, no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, eu vi que havia equipas de trabalho muito mais numerosas, cinco vezes maiores, do que as equipas de trabalho da mesma fábrica, do mesmo produto, com a mesma tecnologia, no Japão. E aí, o que foi necessário introduzir, foi, por exemplo, o facto de que havia férias no Brasil, férias que no Japão praticamente não existem - ou só existem no papel, porque as pessoas não tiram férias, a não ser no Ano Novo, dois ou três dias, e é por causa das férias e por causa do absentismo, por exemplo, faltas, etc., que a empresa brasileira precisava de ter mais gente que pudesse substituir os ausentes, os que tiravam férias, enquanto que no Japão o absentismo praticamente era zero e as equipas não tiravam férias, então não havia necessidade de ter tanta gente para substituir os que estavam ausentes. Para explicar a organização do trabalho, e os números de equipas tão diferentes, só introduzindo variáveis externas à própria empresa. A empresa, o produto, a tecnologia, eram similares, porque por definição, na comparação internacional, eu quis utilizar empresas, estabelecimentos similares, fabricando o mesmo produto com a mesma tecnologia. Por exemplo, também na produtividade do trabalho, é necessário pensar a empresa não como uma entidade isolada, mas como uma entidade que deve ser estudada ao mesmo tempo que a sociedade, a família, as relações entre homens e mulheres fora do universo da empresa.

JS e SAC: *Um dos aspetos mais estruturantes de toda a sua obra parece ser a centralidade que dá à “divisão sexual do trabalho”, conceito que foi trabalhando, aprofundando, afinando com a sua colega Danièle Kergoat ao longo de décadas. Como já assinalámos, a Helena defendeu, em meados da década de 1980, que não basta um estudo separado da “fábrica” e da “família” para dar conta das sobreposições e que era preciso pensar em termos de relações sociais sexuadas. Um dos questionamentos transgressivos que fez dirigiu-se à própria separação das disciplinas, como a sociologia do trabalho e a sociologia da família, porque os seus trabalhos de terreno faziam “explodir” conceitos, teses e áreas científicas “aparentemente estabelecidas de maneira sólida”. Como vê hoje este problema? Tendo em conta que estas disciplinas permanecem relativamente separadas e não muito comunicantes (pensamos na realidade portuguesa, pelo menos), que evolução observa a este nível e que resistências continua a identificar para superarmos essas separações?*

HH: Quando nós estudamos o sexo do trabalho, no início dos anos 80, a articulação entre estruturas familiares e sistemas produtivos era, justamente, para deixar de lado essa separação entre sociologia da família e sociologia do trabalho, porque considerávamos que as relações familiares eram imbricadas ao universo do trabalho, e que não era possível pensar no trabalho sem pensar nas relações familiares e vice-versa, não era possível pensar as relações familiares sem fazer intervir o universo do trabalho dos homens e das mulheres. Então, nós tentámos

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

superar essa divisão com o Coletivo Sexo do Trabalho, tentámos pensar uma articulação entre a sociologia do trabalho e a sociologia da família, tentando ultrapassar essa divisão. Mas ela continua existindo, como vocês dizem, não só em Portugal, mas também na França, onde a sociologia da família é na realidade dominada por homens, como o François de Singly, que continua fazendo sociologia da família. Há também as pessoas como Martine Segalen, que também trabalhava com a família, que já faleceu. Mas essa divisão continua e acho que, provavelmente, também porque as subdisciplinas constituídas da sociologia, e a própria sociologia, tem um apego às divisões disciplinares. Então, os campos constituídos não consideram relevante essa articulação entre a família e o trabalho e, como não consideram importante essa articulação, continuam com essas disciplinas separadas. Então, a sociologia da família continua fazendo sociologia da família, e a sociologia do trabalho também não incorporou, ou só marginalmente o fez, a nossa proposta de pensar o trabalho incluindo trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e trabalho profissional. Essa relação, essa extensão do conceito de trabalho, não foi admitida pela sociologia do trabalho. Hoje em dia, se virmos o que se faz em sociologia do trabalho na França, esta não integrou de maneira consequente essa nossa proposta. Pode-se dizer que continuam as divisões disciplinares como antes, a sociologia do trabalho e a sociologia da família como campos disciplinares separados e não conseguimos fazer superar essa divisão. E esta divisão existe também entre as disciplinas: a sociologia, a antropologia, a ciência política... Nós achamos que não deveria haver uma divisão disciplinar tão intensa. Penso que os estudos sobre o cuidado mostram como é importante ter um enfoque interdisciplinar ou pluridisciplinar. Os enfoques sobre o cuidado, hoje em dia, por exemplo na França, aliam a sociologia com a psicologia, com a filosofia... Esse conjunto de disciplinas ajuda a pensar o que é o cuidado realmente. Nós somos pela interdisciplinaridade ou pela pluridisciplinaridade mas, na realidade, há um apego à disciplina, da parte das disciplinas constituídas e dos sociólogos existentes, assim como existe um apego à subdisciplina sociologia do trabalho e sociologia da família, que continuam como universos separados, realidade que os estudos do cuidado tendem a criticar e a pôr em questão.

JS e SAC: *De entre as desconstruções e reconstruções conceptuais que a Helena faz, procurando superar as hierarquias sexuais que eram ratificadas ou reproduzidas pela separação disciplinar dentro da sociologia (na família analisa-se a reprodução, no trabalho a produção, etc.), uma das operações mais importantes foi ampliar o próprio conceito de trabalho, entendido como “produção do viver”. Pode falar-nos da importância deste gesto teórico e metodológico para as ciências sociais?*

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

HH: Essa ideia de “produção do viver” apareceu no texto que eu escrevi com o Philippe Zarifian sobre o conceito de trabalho no *Dicionário Crítico do Feminismo*. E apareceu, justamente, na teorização do trabalho como sendo amplo, englobando o trabalho formal e informal, trabalho doméstico e trabalho profissional, trabalho remunerado e trabalho não remunerado. É a ideia de que há uma produção que não é apenas a produção de mercadorias, nem a produção em termos de procriação, de reprodução, mas de alguma *produção do viver*. Uma produção que conjuga toda a gama de necessidades de sobrevivência, que inclui o trabalho emocional, o trabalho afetivo, o trabalho imaterial, que é muito importante do ponto de vista do feminismo materialista, e que essa divisão entre a produção - o trabalho produtivo que cria valor - e o trabalho reprodutivo, que cria valor de uso, tem que ser suprimida, porque é uma divisão que não leva em conta a *produção do viver* que caracteriza o trabalho. Eu acho que essa ideia da produção do viver se aproxima também de uma ideia próxima do Maurice Godelier, do livro “A Produção de Grandes Homens”. E, também, eu acho que a Pascale Molinier, no último livro dela de 2021, utilizou como título do seu livro “A Produção do Viver”, num livro que saiu pela Hermann em 2021, e que é uma coletânea de diferentes artigos sobre vários trabalhos essenciais, os trabalhos invisíveis, mal avaliados, mal remunerados, etc. E esses trabalhos não remunerados, maioritariamente realizados pelas mulheres, entram bem nessa ideia da produção do viver. Porque essa produção do viver é a produção dos lixeiros, das auxiliares de enfermagem, das trabalhadoras domésticas. São trabalhos que não são valorizados, não são reconhecidos, nem monetariamente nem simbolicamente, e que fazem parte do que eu chamei, com o Philippe Zarifian, a produção do viver, que engloba, portanto, o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, e que faz com que as duas coisas sejam tão inexplicavelmente conjugadas, que é difícil você falar em produção e reprodução.

JS e SAC: *No âmbito das análises sobre “divisão sexual do trabalho” e “relações sociais de sexo”, a Helena destaca o facto de se tratar de conceitos que permitem pensar e integrar simultaneamente lógicas de antagonismo e vínculo social. Num texto publicado com a Danièle Kergoat, em 1998, refere mesmo que o problema começa com a utilização que é feita destas lógicas, nomeadamente aos níveis político e económico-financeiro. Como é que perspectiva a heurística destes conceitos e destas lógicas para analisar as atuais transformações dos mercados de trabalhos locais e globais e, neste âmbito, a questão particular das migrações?*

HH: Esses conceitos de *divisão sexual do trabalho* e *relações sociais de sexo* ajudam a pensar, hoje em dia, o que acontece no campo das lógicas globais e das lógicas locais dos mercados de trabalho, sobretudo a questão das migrações. É muito importante pensar como as migrações, desde meados dos anos 90, começaram a ser principalmente migrações de mulheres e não de

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

homens. Até então, as migrações eram fundamentalmente de homens que iam trabalhar em outros países ou então migração de mulheres, mas que viajavam para recomposição familiar, isto é, iam se juntar aos homens que tinham viajado antes para trabalhar nos outros países. Hoje em dia você encontra uma onda migratória de mulheres que viajam sozinhas. Não é uma coisa totalmente nova, porque a Nancy Green (*Repenser les migrations*, PUF, 2002) dizia que no fim do século XIX, início do século XX, também houve uma migração internacional de mulheres sozinhas. Mas, hoje em dia, esse fenómeno é maciço e se deve, justamente, ao facto de que, pelas relações sociais de sexo e pela divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado é, fundamentalmente, alocado às mulheres e são essas mulheres que estão sendo solicitadas para migrar do Sul para o Norte, ou do Leste europeu para o Oeste europeu, e que estão sendo mobilizadas para fazer esse trabalho que as outras mulheres - responsáveis por trabalhos mais qualificados, mais bem pagos, etc. – não fazem e por isso necessitam de recorrer a quem preste esses cuidados da família, do marido, das crianças, para poderem, também, viajar, trabalhar, fazer reuniões à noite, etc. Então, hoje em dia, pode dizer-se que há 8 milhões e meio de mulheres que são trabalhadoras domésticas migrantes internacionais, entre os 67 milhões de mulheres que estão no trabalho doméstico. Há um grande número de migrantes internacionais, de cuidado e de trabalho doméstico, que vão dos países do Sul para os países do Norte, dos países do Leste europeu para países do Oeste europeu. Vocês mesmo têm em Portugal trabalhadoras domésticas brasileiras que vão para Portugal. Aliás, acho que foi o José que me falou, durante a entrevista que fizemos, que havia quarto de empregada, inspirado no modelo brasileiro. Atualmente, cada vez menos se faz quarto de empregada nos apartamentos modernos no Brasil. Mas essa inovação, que foi introduzida em Portugal, parece que não foi apenas em Portugal, mas também em Miami, onde houve uma série de construções onde se adotou quarto de empregada porque as famílias brasileiras que compraram apartamento em Miami levavam as suas empregadas, que dormiam no local. Então, é muito importante, para pensar as migrações hoje em vários países do mundo, considerar a importância das mulheres nesse trabalho e a importância desse trabalho hoje em dia, associar as questões da divisão sexual do trabalho, das mudanças ao nível dos mercados de trabalho locais e globais e a das migrações.

JS e SAC: *Uma das problemáticas em que a Helena contribuiu para contestar e tentar superar as análises economicistas e objetivistas foi a do estudo da “produtividade”, que continua a ser um conceito com grande popularidade, nomeadamente no debate público e no discurso económico. Em meados dos anos 80 do século passado, a Helena chamava a atenção para a necessidade não apenas de introduzir a subjetividade, mas de ir além disso e de relacionar a produtividade e a intensidade do trabalho com as estruturas familiares, a organização do*

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

trabalho fora da empresa e as relações sociais de sexo, apontando para aspetos como as horas não remuneradas, a supressão de dias de férias, o sacrifício da vida privada e o fenómeno de apropriação de “uma boa parte da chamada vida fora do trabalho pela empresa”. Curiosamente, o crescimento do teletrabalho e dos dispositivos digitais de organização e controlo do trabalho, que se expandiram significativamente nos últimos dois anos por efeito da pandemia e dos confinamentos, parecem lançar uma nova luz sobre o que a Helena dizia há mais de 30 anos. Houve uma certa surpresa, por parte de muitos setores patronais, com o aumento da produtividade associado à passagem ao teletrabalho, mas vários estudos muito recentes, nomeadamente em Portugal, têm demonstrado que esses acréscimos se fazem, em grande medida, à custa de um alongamento dos tempos de trabalho, que colonizam o tempo pessoal, e de uma forte desigualdade de género nas tarefas familiares. Como é que olha hoje para estes problemas?

HH: Sim, eu acho muito interessante associar a questão do teletrabalho com a questão da produtividade do trabalho tal como analisei nos anos 80, embora o contexto seja totalmente diferente, evidentemente. Porque o contexto de pandemia é algo completamente novo, insólito, não havia nada parecido nos anos 80, quando eu estudei a questão da produtividade no trabalho, quando eu vi que há diferenças grandes entre países como o Japão, onde havia uma grande produtividade do trabalho, em relação ao Brasil e à França, que tinham uma produtividade no trabalho menor. Eu observei que o que aumentava a produtividade no trabalho no Japão era o facto de que, por exemplo, havia muitas horas extra não remuneradas, que os trabalhadores japoneses não pediam para ser remunerados por elas. E a partir do chefe de secção das multinacionais que analisei, nos anos 80, quando eu fiz a pesquisa, eles faziam mais ou menos 5 horas a mais de trabalho extra não remunerado, entre uma hora na manhã e quatro horas à noite, o que fazia quase 30 horas por semana de trabalho não remunerado, que entra na produtividade do trabalho. Porque na produtividade do trabalho você não vai contar as horas extra, mas na realidade as horas extra contam para o aumento da produtividade. Da mesma maneira as férias: você não tem praticamente férias no Japão, então, todo esse tempo a mais de férias, que no Brasil era de um mês, é contabilizado como sendo trabalho gratuito, trabalho a mais, trabalho suplementar para a empresa. Havia o sacrifício da vida familiar em benefício da produtividade do trabalho, porque na realidade o que me levou a constatar essa questão da diferença da produtividade do trabalho, foi a partir do meu estudo sobre os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que na época, nos anos 80, tinha estado bastante em voga no Brasil e também na França e no Japão. No Brasil, a influência dos CCQ do Japão era muito importante, tanto que os dirigentes sindicais - que eram contra o CCQ, por entenderem que se tratava de uma maneira de fazer com que os operários dessem ideias para os patrões para melhorar o funcionamento da

Hirata, Helena (2022), "A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho". Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

fábrica, melhorar os produtos, etc. - esses sindicalistas brasileiros diziam que CCQ queria dizer "Come Calado e Quietos". Então eram contra o CCQ. Eu vi que o CCQ era importante, porque na realidade, muitas vezes, as empresas chamavam os trabalhadores para discussões e atividades relacionados com o CCQ, no fim de semana, no domingo, durante a noite, e tudo isso em detrimento da vida familiar, da vida com as crianças, com a mulher desses trabalhadores. Então, foi a partir dos CCQ que eu vi como há uma diminuição da vida familiar dos trabalhadores em proveito da produtividade do trabalho. Porque com tudo isso, os CCQ aumentavam a produtividade da empresa japonesa. Então, a vida familiar, a vida dentro de casa, é importante para a produtividade.

E é interessante associar a esta questão a pandemia, porque acho que hoje em dia ficou mais ou menos constatado que as mulheres fazem teletrabalho, mas de maneira bastante diferente dos homens. Em todos os países se diz que os homens, em percentagem, têm mais lugar para fazer teletrabalho, têm um lugar já constituído para trabalhar em casa, e que as mulheres não têm esse local. Então elas têm uma diminuição da "produtividade" no teletrabalho. Além de que as mulheres em teletrabalho em casa são constantemente solicitadas pelas crianças, tendo assim que "conciliar" o trabalho doméstico e de cuidados com o trabalho profissional: elas vão fazer comida, vão fazer compras, toda uma série de tarefas domésticas e de cuidados, e isso vai prejudicar o funcionamento profissional delas, no trabalho em teletrabalho. Várias pesquisas têm mostrado que o teletrabalho é desfavorável às mulheres de maneira geral, porque elas têm uma série de empecilhos para realizar corretamente o trabalho doméstico e ao mesmo tempo, como vocês dizem na pergunta, há uma grande intensificação do trabalho no sentido em que o facto de estar trabalhando em casa aumenta o número de horas de trabalho que as pessoas fazem e, portanto, melhora a produtividade no trabalho, como as empresas mesmo constataram. Agora nós vamos ver como é que vai se desenrolar a "desteletrabalhização", porque as empresas estão propondo que os trabalhadores voltem ao local de trabalho, mas esse trabalho feito em casa vai continuar, não de maneira tão importante como até agora, mas ele vai-se manter e pode-se dizer que vai ser um momento de constatar o que vão fazer as empresas em relação à questão do teletrabalho. Seria muito interessante ver em que termos e em que medida o facto de trabalhar em casa aumenta realmente a produtividade do trabalho de homens e mulheres, embora em relação às mulheres todas essas ressalvas que eu coloquei continuem válidas. Isto é, o facto de haver uma penalização do teletrabalho feminino dentro do universo doméstico.

JS e SAC: *Um aspeto muito interessante dos trabalhos do seu grupo, e que a Danièle Kergoat sublinha com particular ênfase, é a insistência na "dialéctica entre dominação e lutas" nos processos de reivindicação operária e a rejeição de uma "concepção solidificada de estrutura*

Hirata, Helena (2022), "A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho". Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

social", para que, analisando a realidade em termos de "relações sociais", se possa recusar "considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes". Tendo em conta os debates intelectuais franceses e o facto de este ano se assinalarem os 20 anos do desaparecimento de Pierre Bourdieu (o Instituto de Sociologia está inclusivamente a organizar um ciclo sobre as suas obras), qual a relação do seu grupo de investigação com essa escola da sociologia francesa? Que convergências e polémicas tiveram com a "teoria da prática" ou o "estruturalismo genético" de Bourdieu? Em que é que as vossas análises se cruzaram, dialogaram, divergiram e se interpelaram?

HH: Bom, eu creio que há laboratórios do CNRS que se consideram "bourdianos" ou "bourdieusianos". Por exemplo, no nosso laboratório, no CRESPPA, tem 3 equipas, o LabTop, o GTM, que somos nós, e o CSU. E a maior parte dos pesquisadores do CSU se consideram bourdieusianos. E há centros como o Centro de Sociologia Europeia, que foi criado pelo Bourdieu, que tem uma antena no mesmo lugar onde eu trabalho, mas também principalmente, tem um grande laboratório na École des Hautes Études en Sciences Sociales, e eles também se colocam como um laboratório bourdieusiano. Não é o nosso caso. Nós não temos uma filiação bourdieusiana, embora tivéssemos convidado o Bourdieu nos anos 90 para um seminário, em que ele falou da dominação masculina. Eu e a Danièle Kergoat o apresentámos e ficamos muito contentes em ver que ele lavou a taça de café que nós oferecemos para ele antes do seminário, coisa que muito pouca gente dos convidados nossos fazia, de ir para o banheiro lavar a taça de café. Mas, acho que a gente pode dizer que ele não era um grande conhecedor, nem divulgador, da questão das relações de género, da divisão sexual do trabalho. Encontrei um texto da Danièle Kergoat, que é de 1995 ("La reproduction et le changement: place de la parole", in J. Boutet (dir) *Paroles au Travail*, L'Harmattan, 1995), em que ela vai dizer que entre os diferentes sociólogos franceses - como o Crozier, o Boudon, o Touraine - o Bourdieu é o sociólogo ao qual ela mais se aproxima. Ela diz que é necessário se situar e é inegavelmente com o estruturalismo genético de Bourdieu que a possibilidade é maior por causa do seu paradigma inicial da divisão da sociedade em classes, da importância concedida ao simbólico, pela insistência nas relações de força e na violência nas relações simbólicas, pela noção de prática social ligada às posições de classe e aos *habitus*. Mas ela diz também que "o agente social de Bourdieu permanece assexuado, isto é, masculino, genérico e universal". Há divergências com o Bourdieu, mas é o sociólogo de quem ela mais se aproxima, justamente pela questão das relações sociais, por ele colocar a questão das práticas sociais, a questão da violência, etc. É importante resgatar esse texto de 1995, em que ela situa a sua proximidade teórica com o Bourdieu, embora a nossa equipa, o nosso laboratório enquanto tal, nunca tivesse essa proximidade com ele que vários laboratórios do CNRS têm. Nós entramos nessa polémica da *Dominação Masculina*, quando

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

saiu o livro com esse título, em 1998. Sobretudo eu escrevi sobre a questão do amor. Onde o Bourdieu fala que o amor é um momento de parêntesis das relações de género, da divisão social do trabalho, eu acho que não é correto a gente colocar que existe um parêntesis justamente no momento da relação amorosa, em que acabaria a dominação. De certa forma, ela fica obscurecida por uma dominação consentida que se faz nesse momento. Foi o que escrevi nesse artigo sobre o trabalho e afetos, sobre a servidão doméstica: eu não concordo com a ideia do Bourdieu, que dissocia voluntariamente amor e trabalho. O conceito de trabalho e de divisão sexual do trabalho, evidente nessa obra, está ausente no “Post-scriptum sobre a dominação e o amor”. Então, ele aparece, o amor, como um parêntesis nas relações de dominação, como a exceção à lei da dominação masculina, um parêntesis que coloca em suspenso a violência simbólica. Eu acho que é necessário dizer que a dominação masculina está presente, e a divisão do trabalho doméstico, sobretudo, está presente, mesmo nas relações amorosas. E justamente é porque a gente deixa de lado essa análise da divisão sexual e da exploração do trabalho doméstico que é possível manter, muitas vezes, relações amorosas que, se não, acabariam sendo uma fonte constante de conflitos, não é? Então, isso é uma questão a analisar. Sempre achei estranho que as feministas que são totalmente a favor da denúncia da dominação masculina no trabalho doméstico, quando voltam para casa, esquecem e fazem todas as tarefas domésticas e não obrigam os maridos e os companheiros a fazerem o trabalho doméstico. De uma certa forma, para manter a relação. Então é uma questão que acho que tem que ser analisada, discutida, aprofundada, mas é um dos problemas das feministas em todo o mundo, de não conseguirem fazer essa inclusão da exploração do trabalho doméstico no momento das relações amorosas. Houve um dossier na revista "Trabalho, Género, Sociedades", que é coordenada pela Margaret Maruani, sobre o livro *A Dominação Masculina*, onde várias pesquisadoras, inclusive Michelle Perrot, escreveram todas contra o livro e contra as insuficiências e os erros do livro. Uma das críticas que foram feitas é que ele não mencionava as teóricas mais importantes do feminismo. Eu até achei chato porque ele me menciona no livro, mas com o meu nome japonês, de uma maneira que as pessoas na realidade não necessariamente localizam, mas ele recebeu o meu relatório sobre a indústria do vidro, e citou num livro em que há poucas citações de feministas. Mas acho que isso não invalida a crítica porque, justamente, eu não estou entre as grandes feministas teóricas que ele devia citar para dizer que as teorias dele não são teorias que vieram do nada, mas que existe uma tradição feminista na análise da dominação masculina, que ele não leva em conta na crítica que faz da dominação masculina. Então acho que essa crítica de que ele não cita as principais teóricas continua válida, porque ele não cita realmente as anglófonas, a literatura anglo-saxã, nem a literatura francesa das teóricas do feminismo. Não é o caso de voltar a todas as críticas que foram feitas nesse momento, mas são dois momentos

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

importantes. E acho ainda que é importante pensar que o Bourdieu, do ponto de vista político, até ao fim, sempre lutou do lado dos trabalhadores e sempre fez parte do apoio aos grevistas. Foi uma personalidade muito importante para a nossa corrente, embora a gente não se reivindicasse necessariamente do Bourdieu.

JS e SAC: *Nos debates entre as feministas materialistas francesas dos anos 70 e 80 do século XX, a proposta de Christine Delphy, para quem haveria um “modo de produção doméstico” em certo sentido paralelo e autónomo do “modo de produção capitalista”, teve grande influência. Mas a Helena foi crítica dessa proposta, procurando pensar antes em termos de “divisão sexual do trabalho”. Mais recentemente, a “Teoria da Reprodução Social” tem merecido um grande interesse de jovens ativistas e académicas feministas, em grande medida pelo esforço e pelo trabalho empreendido pela Tithi Battacharya e outras intelectuais. Mas há também algumas diferenças entre a “Teoria da Reprodução Social” e uma perspetiva mais assente no conceito de “divisão sexual do trabalho”. Pode explicar-nos melhor, apesar das grandes convergências e de uma solidariedade nas lutas, em que é que a sua abordagem teórica se distingue dessas outras propostas?*

HH: A Christine Delphy foi uma figura muito importante para nós porque, desde os anos 60, ela colocou a questão da opressão, da exploração, da dominação masculina. Mas, justamente, dizer que o inimigo principal é o patriarcado, é o homem, vai contra o que nós pensamos, eu e a Danièle Kergoat, pois consideramos que a classe social é tão importante quanto o género, quanto a raça, para pensar a exploração e a dominação de género, de classe, de raça, para pensar as relações sociais de dominação. A Christine Delphy considerou sempre um sistema dual: ela pensava o capitalismo e o patriarcado como dois sistemas diferentes. O *modo de produção doméstico* seria um modo de produção que tem como norte o patriarcado, e algo desvinculado da relação capitalista de trabalho. Então, essa é uma divergência principal com a Christine Delphy, mas eu acho que todas as outras contribuições da Christine Delphy, sobretudo sobre a análise do trabalho doméstico tal como ela fez com a Diana Leonard, são muito importantes para a compreensão do que é este tipo de trabalho, do que é o trabalho de cuidado, a exploração das mulheres pelos homens. Mais recentemente tivemos muitas divergências com a Christine Delphy, sobretudo sobre a questão do véu islâmico. Mas também houve uma série de divergências, de diferenças, que foram mudando com o período, que são divergências conjunturais, digamos. E parece que a contribuição dela é, hoje em dia, a que ainda repercute mais nas jovens gerações de feministas que trabalham sobre a questão do trabalho doméstico e que têm na Christine Delphy, assim como na Danièle Kergoat, uma inspiração bastante grande, embora haja divergências entre ambas.

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

Em relação à questão da reprodução, eu considero que a reprodução social não deve ser considerada como autónoma. E a Teoria da Reprodução Social, principalmente, embora considere que há necessidade de uma articulação entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, coloca o trabalho reprodutivo, a reprodução social, como algo relativamente autónomo, como algo independente. Então, isso não ajuda a pensar, por exemplo, o trabalho de cuidado, que é um trabalho de produção. É uma produção do viver. Quando eu analiso o trabalho do cuidado como sendo produção e reprodução da vida, insisto que portanto pode ser considerado como trabalho produtivo, participando simultaneamente na reprodução social. Sou bastante próxima das teorias da reprodução social sobre a questão das lutas, etc, nomeadamente do que disse a Tithi Battacharya no seminário que vocês organizaram. Mas, justamente, ela não parte da ideia de uma divisão sexual do trabalho que mostra que a produção e a reprodução estão juntas. A ideia da divisão sexual do trabalho doméstico e profissional, junta a questão da reprodução e a questão da produção como sendo absolutamente imbricadas e inseparáveis. O que não é tanto o caso da Teoria da Reprodução Social que, como o próprio nome indica, é uma teoria da reprodução social que pode ser analisada autonomamente, enquanto que a divisão social do trabalho mostra como não dá para autonomizar reprodução e produção, e as duas têm que ser consideradas conjuntamente. Eu vou aqui apresentar uma análise que faz o Toni Negri no livro que acabou de sair nos Estados Unidos, que se chama “Marx in Movement”, com o subtítulo “O operaísmo em contexto” (Polity Press, 2022). Ele mostra que o operaísmo, de certa forma, aproveitou e se beneficiou dessa análise em termos de reprodução, porque ele diz que nos anos 60, com a Mariarosa Dalla Costa, a Alisa Del Re, etc, que colocaram a questão da reprodução, mostraram a especificidade da exploração das mulheres como trabalhadoras do cuidado, como agentes primeiras da reprodução social, e demonstraram assim que havia uma ampliação do conceito da mais-valia. Então ele vai dizer que elas fizeram uma crítica do poder patriarcal que tornava possível a exploração do conceito de mais-valia e exploração, para a sociedade como um todo, para além da fábrica. E essa mudança de ponto de vista, por sua vez, torna possível ampliar a análise operaísta, estendendo-a da produção para a reprodução. Então, nesse livro, o Negri considera que a introdução da categoria da reprodução, de uma certa forma, ampliou a análise marxista da mais-valia. Uma coisa que tem que se fazer, é analisar de novo a contribuição marxista sobre a questão da reprodução, porque eu li há muito tempo o Livro I do Capital e não li nessa perspetiva da teoria da reprodução social, que certamente se baseia, ainda, bastante na questão da reprodução da força do trabalho, tal como Marx analisa no *Capital*. E eu citaria, porque me parece interessante, um livro que se chama "A Revolução Feminista" de uma autora jovem, que deve ter uns 30 anos, que se chama Aurore Koechlin, que saiu pela editora Amesterdam em 2019, onde ela tem um capítulo que se chama “Por uma teoria da reprodução

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

social”, onde ela tenta analisar, mais proximamente, *O Capital*, mostrando que, justamente, o Marx essencializa a parte da contribuição das mulheres dizendo que a classe operária vai continuar, do ponto de vista da reprodução sexual, da reprodução do trabalho doméstico, etc., a confiar esse trabalho às mulheres, sem fazer nenhuma crítica desse ponto de vista. Mas eu estou falando de segunda mão, porque não li, terei de rever essa questão relendo essa parte d’*O Capital* porque, certamente, é importante voltar à questão da reprodução da força do trabalho, embora, para mim, a reprodução esteja longe de ser apenas a reprodução da força do trabalho, porque é sobretudo *produção do viver*. E *produção de viver* e *reprodução da força de trabalho* são dois conceitos completamente, diametralmente opostos, porque partem de pontos de vista completamente diferentes sobre as relações sociais de sexo.

JS e SAC: *Dentro deste debate, como é que a Helena olha para a expansão do paradigma da interseccionalidade, tanto mais que, com a Danièle Kergoat, têm proposto que se pense mais em termos de coextensividade das relações sociais e de consubstancialidade das relações de exploração e de opressão?*

HH: A interseccionalidade é todo um grande programa e um grande campo de pesquisa, hoje em dia, pelo que é muito difícil numa resposta colocar tudo o que se escreveu e se pensou sobre a questão da consubstancialidade e da interseccionalidade. Na realidade, considero que se pode chamar à consubstancialidade de interseccionalidade, e vice-versa, se se trata de relações sociais. Mas, normalmente, a gente contesta, e a Danièle Kergoat contesta, a ideia de interseccionalidade, porque ela considera que interseccionalidade é a intersecção entre categorias, como mostra a Crenshaw nos seus artigos célebres de 1989 e 1994, e que essa interseccionalidade entre categorias não permite pensar em termos de relações sociais. E que consubstancialidade é uma consubstancialidade de categorias sociais de género, de raça e de classe, o que permite pensar nas relações sociais de poder, enquanto que analisar em termos de categorias não permite pensar em termos de poder, mas de categorias que se intersectam, que estabelecem mosaicos, etc. E as relações sociais que a Danièle considera que são relações consubstanciais, significam, como ela vai dizer, que o género constrói a classe e a raça, a raça constrói a classe e o género, e a classe constrói o género e a raça. Então, há uma coprodução e imbricação dessas relações sociais de poder e uma vai construir a outra. Isso não é possível se pensarmos em termos de categorias. Agora, eu considero que a gente pode chamar a consubstancialidade de interseccionalidade e vice-versa quando se trata de relações sociais. Por exemplo, a Patrícia Hill Collins usa o termo interseccionalidade, mas para ela a interseccionalidade é a relação entre diferentes relações sociais de poder. Ela considera a classe, a raça, o sexo, como sendo relações sociais. Neste caso, eu acho que pode-se dizer que

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

interseccionalidade e consubstancialidade são idênticas. Acho que é importante considerar também uma outra divergência: entre essas relações sociais que são consideradas fundamentais, para a Danièle, a raça, o género e a classe, e as outras relações, como a idade, por exemplo, a orientação sexual, a nação, etc. Por exemplo, a Sirma Bilge considera essas outras relações sociais como sendo parte da interseccionalidade, enquanto que, para a Danièle e algumas outras pesquisadoras, são três relações que são transversais, e só as relações transversais merecem ser chamadas de relações sociais fundamentais, que são o género, a raça e a classe. Às outras relações não fundamentais ela chama de relações de poder. É uma subcategorização que ela faz hoje em dia, e que deve ser ainda aperfeiçoada, analisada, etc. Pessoalmente, eu coloco a sexualidade, por exemplo, como sendo, parte das relações sociais fundamentais, porque na categoria de género incluo também a sexualidade. Então, no género entra a sexualidade, a raça e a classe, são relações sociais fundamentais. Mas ao nível da metodologia, da análise, da pesquisa, a gente pode considerar uma relação, por exemplo a idade, como estruturante, num certo momento, das relações sociais fundamentais. Então, eu acho que depende muito do objeto da pesquisa, do tipo de desenho da pesquisa, mas a gente pode colocar a idade, ou a nação, como categorias estruturantes, ao mesmo tempo que a raça ou o género, embora não representam, necessariamente, categorias transversais de uma maneira geral. Acho que numa pesquisa que a gente faça sobre a questão da idade, a questão da geração vai ser uma categoria estruturante ao nível da análise, por exemplo.

JS e SAC: *Assinalava, ainda nos anos 90, o aparente paradoxo de uma alteração em algumas dimensões da divisão social do trabalho e de uma mais lenta transformação da divisão sexual, alertando para a necessidade de periodizar de modo diferente as relações sociais no emprego e as relações sociais de sexo. De facto, apesar dos progressos, percebemos como persiste a desigualdade e como a agenda dominante da “igualdade de género” continua a insistir em colocar o problema em termos de “conciliação”, de “parceria”, e não tanto em termos de conflito e do questionamento mais profundo das hierarquias e das divisões que estruturam o próprio capitalismo e o patriarcado. Como olha para este debate hoje, no tempo das “greves feministas internacionais”?*

HH: É muito importante separar a divisão sexual do trabalho das relações sociais de sexo do ponto de vista da temporalidade. Acho que a temporalidade das relações de género é diferente da temporalidade da divisão sexual do trabalho, das relações de trabalho, das relações de emprego. Porque ao nível das relações de emprego e das relações do trabalho, houve muitas transformações recentemente, inclusive as leis de igualdade profissional que são respeitadas na França, que não são respeitadas no Japão, mas o Japão ratificou essas leis por causa da

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspetivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

Organização Internacional do Trabalho que obrigou o país a ratificá-las. Então, acho que há uma série de mudanças na divisão do trabalho ou do emprego, que não faz variar da mesma forma as relações de género que continuam sendo a da superioridade do sexo masculino sobre o sexo feminino. Por exemplo, no mundo inteiro as mulheres ganham menos do que os homens, e essa é uma constatação que vale para todos os espaços e para o tempo, também. A Rachel Silveira, que é uma economista francesa, mostrou que entre 1917 e 2017, em 100 anos, não houve uma mudança radical na desigualdade de salários masculinos e femininos, cuja diferença continua na ordem de 25% a menos para as mulheres do que para os homens. Então, há uma persistência nas relações de desigualdade de género que continua, e que certamente pode mudar, mas depende realmente da correlação de forças e sobretudo das lutas do movimento feminista. Por isso é importante vocês assinalarem essas lutas feministas, as greves feministas internacionais, que houve muito a partir de 2016 em toda a Europa sobretudo, mas também fora da Europa, na América Latina, em Israel, noutros países asiáticos, etc. Pode-se dizer que essas lutas vão, de facto, mudar a correlação de forças entre homens e mulheres. E eu vi que na Espanha houve agora recentemente uma mudança para as trabalhadoras domésticas que podem beneficiar do subsídio de desemprego. É uma questão que é conjuntural, que é ligada às relações de emprego, mas que também mostra que há por detrás uma luta internacional, uma luta de mulheres, de greves feministas, que na Espanha foi muito importante, desde 2019, que parece que está rendendo frutos, ao nível da divisão do trabalho e do emprego. Então, acho que as duas coisas, nas relações de género e na divisão do trabalho, estão interligadas. Uma influencia a outra. Mas entendo que é importante assinalar que há uma temporalidade muito diferente das duas e que a temporalidade das relações de género é bem mais longa do que a temporalidade das relações de trabalho e da divisão do trabalho entre os sexos.

JS e SAC: *A Helena tem-se dedicado, sobretudo na última década, ao estudo dos cuidados. Trata-se de um campo e de uma problemática em franco crescimento. Em que é que a abordagem da Helena sobre este tema prolonga as suas investigações e inquietações académicas e sociais anteriores e em que é que as suas pesquisas, até tendo em conta que vem dos estudos do trabalho, acrescentam e se diferenciam de outras perspetivas mais centradas na “ética do cuidado”, por exemplo?*

HH: Sim, todas as pesquisas sobre a ética do cuidado foram muito importantes para a gente pensar, hoje em dia, o que é o cuidado. E a ideia do cuidado como trabalho é, na realidade, o que aproxima os meus trabalhos anteriores desses trabalhos sobre cuidado. Considerar o cuidado como trabalho, e não apenas como ética, como uma relação ao outro, como uma atenção ao outro, etc. Então a aproximação em relação às minhas investigações passadas é o

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

facto de que também é um trabalho feminino, realizado fundamentalmente pelas mulheres, que se confunde com o trabalho gratuito que as mulheres sempre fizeram em casa, o que leva a uma desvalorização monetária e simbólica que faz com que, hoje em dia, as mulheres que são as cuidadoras, sejam mal pagas, sejam desconsideradas, que não haja uma valorização simbólica do seu trabalho, quando na realidade é um trabalho que, se elas não fizessem, as crianças, os idosos, os doentes, morreriam. Porque é um cuidado de todos os momentos, é uma atenção de todos os momentos. O facto de esse trabalho ser também um trabalho profissional, que se profissionalizou dada a crise do cuidado, é uma dimensão importante da minha preocupação. Porque eu nunca fui estudiosa do trabalho doméstico, embora ele sempre me tenha interessado. Sempre fui pesquisadora do trabalho profissional, e o cuidado, o trabalho de cuidado, enquanto profissionalização do trabalho, é que me interessou, porque, justamente, me mostrou que, com a crise do cuidado, com o facto de ter aumentado muito o número de pessoas idosas em todo o mundo e de ter aumentado também o número de mulheres trabalhando, ingressando no mercado de trabalho, fez com que houvesse cada vez menos trabalho gratuito das mulheres em casa, o que requereu a profissionalização e o aumento de trabalhadoras domésticas e de trabalhadoras de cuidado em todo o mundo. Essa profissionalização do cuidado, que vem junto com toda uma série de questões que vocês em Portugal estão trabalhando bastante (a questão da valorização, do salário, de todos os direitos que elas deveriam ter, como outros trabalhadores de outros setores, do ramo industrial, dos serviços, etc.), todas essas questões dos direitos aparecem com a profissionalização do cuidado. Isto me interessa particularmente, embora o foco da minha pesquisa seja no trabalho mesmo, no que consiste o trabalho da cuidadora ou do cuidador. Porque há ainda alguns homens que estão cuidando, sobretudo no Japão, nas instituições de longa permanência para idosos, e acho que é importante pensar nessa profissionalização como sendo algo que vai, de certa forma, entrar numa forma de concorrência, digamos, com outras categorias. No Brasil, por exemplo, as enfermeiras dizem que as cuidadoras não podem ser consideradas do setor de saúde, porque elas não devem realizar uma série de tarefas que as enfermeiras têm. Então, há um contencioso, uma dificuldade de relação entre as mulheres enfermeiras e as mulheres cuidadoras, por esse problema. Enquanto que as auxiliares de enfermagem já têm mais condescendência da parte das enfermeiras, que consideram que as auxiliares, as técnicas de enfermagem, têm vários trabalhos próximos da enfermagem, mas que as cuidadoras devem ficar mais no setor social do que no setor da saúde.

JS e SAC: *Pois, em Portugal também existe essa divisão. Por exemplo, no apoio domiciliário, as pessoas que prestam apoio domiciliário por via de instituições financiadas pela Segurança Social não podem fazer determinadas tarefas, que são competência das trabalhadoras enviadas*

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

pela Saúde. E o utente não paga o apoio do Serviço nacional de Saúde, mas tem de participar no da Segurança Social. Além de que há valorizações profissionais e salarias diferentes... Mas retomando a conversa sobre o seu trabalho: com a sua colega Nadya Araujo Guimarães, a Helena tem sido uma das grandes dinamizadoras de redes internacionais de estudos do cuidado. Um dos aspetos muito interessantes do que têm escrito é a consideração das formas de organização de cuidados que são diferenciadas de país para país, nomeadamente pelo papel específico que, em cada formação nacional, assume cada um dos quatro vértices do “diamante dos cuidados”: o Estado, a família, a comunidade e o mercado. Pode falar-nos disso?

HH: Na realidade, poderíamos resumir muito rapidamente essa questão dizendo que a família continua sendo o polo de sustentação no caso do Japão, a comunidade sendo o polo de sustentação no caso do Brasil, e o Estado no caso da França. Na França, o Estado, o Governo, as comunidades locais, têm a APA (Allocation Personnalisée d’Autonomie), um fundo de solidariedade com os idosos. E há leis e projetos de leis, há uma preocupação do Estado (embora não seja muito grande...), mas há uma preocupação do Estado que é a principal. Porque as famílias não têm esse papel tão importante no caso da França, embora faça a gestão das entradas nas instituições de longa permanência, da contratação das cuidadoras domiciliárias, etc. Mas não existe assim um papel da família como cuidadora informal, como no caso de Portugal, em que há muitas famílias que são as cuidadoras informais, domiciliárias, familiares, que cuidam gratuitamente dos seus idosos, como vocês demonstraram. E acho que mesmo nas famílias mais pobres, essa questão da comunidade e da família não se coloca tanto quanto a questão do Estado e da necessidade do Governo ajudar as famílias, no caso da França. No caso do Brasil onde não há praticamente nenhuma sustentação do governo, não existe nenhuma política pública como o APA da França, ou como o Long Term Care Insurance (LTCI) do Japão que também é uma política pública para cuidar dos idosos com os recursos do Governo, de impostos especiais para o cuidado. No Brasil, os cuidados são garantidos pela família, pelos vizinhos e pela comunidade, pelos amigos que, sobretudo nas camadas mais pobres, ajudam a cuidar dos idosos, das crianças, muitas vezes em troca de remunerações simbólicas ou de remunerações em espécie, comida, roupa passada, lavada, etc... Então, a comunidade tem uma grande importância no cuidado no Brasil, justamente porque tem que substituir o papel praticamente inexistente do Governo, do Estado. A família tem um papel, claro, mas não enorme, e o Estado é sobretudo o que mais falta. No caso do Japão, a família tem um papel muito importante, como tradicionalmente tem. Aliás só não teve no caso de desemprego. No caso do Japão, embora a família seja importante hoje no cuidado, ela não foi importante no momento do desemprego, em que foi mais importante a empresa, que ajudava os empregados a

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

encontrar novas colocações, a encontrar novos empregos, a fazer com que houvesse um sustento dos desempregados. E os desempregados nunca recorreram à família por uma vergonha pelo facto de estarem desempregados e não quiseram nunca contar com ela. Então, a família é hoje em dia importante, mas sobretudo no cuidado. Mesmo havendo essa LTCI, e a possibilidade de cuidadores domiciliares pagos pelo governo que vão visitar os idosos, à noite por exemplo, muitas vezes são os filhos que vão dormir junto com os pais para cuidar deles quando estão idosos, porque não dá para ter todo o tempo o cuidado do Estado.

JS e SAC: *A Helena esteve em Portugal, para grande alegria nossa, e pôde tomar o pulso ao debate que aqui se tem feito sobre este tema. Sendo uma grande conhecedora de outras experiências e contextos nacionais - não apenas no Brasil, Japão e França, mas também no Uruguai, onde foi criado o Serviço Nacional Integrado de Cuidados - o que acha que seria importante não esquecer nas análises deste fenómeno e também nas políticas públicas que se têm vindo a construir a este propósito por cá?*

HH: Uma coisa importante a não esquecer é que pode haver retrocessos, como mostra o caso do Uruguai. Todas essas inovações nas políticas públicas, como o LTCI no Japão, a APA na França, teceram uma série de providências que devem ser lembradas e devem ser cuidadas para não desaparecerem, que devem ser completadas. No caso do Uruguai, nós sempre consideramos que o Sistema Nacional Integrado de Cuidados, o SNIC, era uma inspiração e um modelo para toda a América Latina e para os outros países também, porque é um programa de política pública que foi criado em 2015, no Uruguai, com uma influência importante dos movimentos sociais, do movimento feminista em particular, e das intelectuais universitárias que deram uma série de contributos para a criação desse Sistema. É uma lei que apresenta um modelo solidário e co-responsável entre Família - Estado - Comunidade - Mercado. Ou seja, que tenta co-responsabilizar todo o diamante do cuidado, como vocês já assinalaram na pergunta anterior. Essa co-responsabilidade abarca todos os domínios do cuidado e é considerado um novo pilar no sistema de proteção social. Como na França se considera que o Cuidado é o Quinto Pilar no sistema de segurança social. E me parece que o que é importante também salientar no SNIC é que ele tem a igualdade de género como sendo uma meta, tentando conseguir a igualdade de género através das políticas dos cuidados, porque se sabe que as mulheres são as principais cuidadoras domiciliares e profissionais. É uma política que visa superar a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e do cuidado, não remunerado. É uma política, também, que integra vários ministérios, o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social, e também alguns bancos de fomento... Acho que essa integração inter-ministerial é importante porque,

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

justamente, faz com que todas os diferentes campos de atuação do governo sejam concernidos pela questão do cuidado e se sintam parte integrante de provimento do cuidado à população. Outra questão importante no SNIC é que eles consideram que os trabalhadores do cuidado têm que ser considerados sujeitos ativos dos direitos. Como vocês em Portugal consideram que as trabalhadoras do cuidado devem ser consideradas sujeitos ativos dos direitos. Aqui na França, toda a discussão sobre cuidado de pessoas idosas, não coloca a questão das trabalhadoras do cuidado como sendo sujeitos ativos de direitos. Acho que a reflexão sobre a questão não foi tão longe do ponto de vista governamental. Na França, é nas lutas das trabalhadoras domiciliárias que essa questão dos direitos se coloca, mas não a nível da reflexão do Governo, como é o caso do Uruguai, em que o próprio SNIC coloca que as trabalhadoras devem ser consideradas sujeitos dos cuidados. Então, é importante que não haja retrocesso com a mudança de conjuntura política, como no caso do Uruguai, que se leve em conta o sucesso socializando a experiência. Na América Latina, em Bogotá por exemplo, houve uma série de bairros onde há uma abertura dos cuidados à população do bairro. Esses pequenos sucessos e avanços institucionais devem ser levados em conta e não serem esquecidos no momento em que se considera políticas como as do Uruguai. O caso do Uruguai tem de ser estudado de maneira bem mais aprofundada do que eu estou dizendo e certamente vai ser... Há uma reunião da FLACSO em novembro desse ano onde eu estarei e onde vai se analisar a questão da injustiça social e, certamente, haverá pessoas do Uruguai que estarão lá, evidentemente, porque é em Montevidéu, que vão desenvolver mais aprofundadamente essas questões. De qualquer forma, estarei atenta ao desenvolvimento dessas questões, sobretudo porque no Brasil, agora com a eleição próxima em novembro desse ano, do novo presidente da república, vários setores estão pedindo uma política nacional de cuidados que seja desenvolvida pelos candidatos. Por enquanto nenhum falou ainda de cuidados, nem de política nacional de cuidados, mas há uma reivindicação que está colocada na mesa, pedindo que haja esclarecimento sobre essa questão da parte dos principais candidatos à presidência. E eu acho que vocês também podem ajudar nisso, porque estão mais avançados nessa discussão.

Hirata, Helena (2022), “A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho”. Entrevista por José Soeiro e Sofia Alexandra Cruz. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, pp. 92-111.

Helena Hirata. Socióloga, Investigadora Emérita do Centre National de la Recherche Scientifique, CRESPPA/GTM. Centre de recherches sociologiques et politiques de Paris, 59-61 rue Pouchet 75849 Paris Cedex 17 (França). Email: elena.hirata@gtm.cnrs.fr

José Soeiro. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Rua do Campo Alegre, 1055 4150-181 Porto. Email: josemourasoeiro@gmail.com.

Sofia A. Cruz. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Rua Roberto Frias 4200-464 Porto (Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto. Rua Roberto Frias 4200-464 Porto (Portugal). Email: sacruz@fep.up.pt